

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, *foras de porte*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 10\$000 | Comunicados e correspondências, por linha 60
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 8 de Agosto de 1902, cobrar-se-ão 30 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

AVISO

São prevenidas as autoridades, repartições públicas ou quaisquer indivíduos que subscreveram para o «Diário do Governo», até 30 de Junho corrente, de que devem renovar as assinaturas antes daquele dia, a fim de não sofrerem interrupção na sua remessa.

Os preços são: por ano, a começar em Janeiro ou Julho, 18\$000 réis; por semestre, idem, 10\$000 réis. Para o estrangeiro acresce o porte do correio. Não se abre assinatura por trimestre.

As assinaturas recebem-se unicamente na Contadoria da Imprensa Nacional, em todos os dias úteis, desde as onze até as quinze horas e meia, podendo ser satisfeitas em dinheiro ou vales do correio.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Lei de 13 de Junho, autorizando a Câmara Municipal de Moura a aplicar parte do seu fundo de viação ao custeio de várias obras.
Despachos pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.
Despachos e declarações acerca de despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.
Aviso a um professor do Liceu de Angra para se apresentar à Junta de Sanidade Escolar, a fim de ser inspecionado.
Despachos pela Direcção Geral da Saúde, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Lei de 14 de Junho, regulando a contagem da antiguidade dos juizes do ultramar, para o efeito da passagem à magistratura da metrópole.
Rectificação à lei acerca das resoluções dos tribunais publicada no *Diário* n.º 137.
Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.
Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos pela Secretaria Geral, concedendo aposentações.
Portaria de 13 de Junho, mandando que nos concursos para inspectores de finanças de 2.ª classe, secretários de 3.ª classe e terceiros oficiais das inspecções dos distritos se observe o programa constante da mesma portaria.
Anúncio de concurso para provimento dos lugares a que se refere a supracitada portaria.
Aviso de estar aberto concurso para lugares de fiscais de 2.ª classe do Corpo da Fiscalização dos Impostos.
Relação dos escriturários das alfândegas nas condições de ser admitidos a exame para promoção.
Declarações acerca de despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.
Balancetes de bancos e companhias.
Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

MINISTÉRIO DA GUERRA:

Leis de 13 de Junho:
Autorizando a cedência do bronze para um busto de Luís da Câmara Pestana, e a sua fundição no Arsenal do Exército.
Modificando algumas rubricas e verbas do orçamento da despesa do Ministério da Guerra, na parte referente à Escola de Guerra.
Habilitações para levantamento de créditos.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Portaria de 13 de Junho, nomeando uma comissão para estudar a adaptação do Presídio da Trafaria a Escola de Alunos Marinheiros.
Portaria de 31 de Maio, exonerando o capitão do porto de Leixões e nomeando outro.
Portaria de 5 de Junho, provendo um lugar de cabo de mar da delegação marítima em S. Roque do Pico.
Portaria de 7 de Junho, demittindo um guarda de lastro da Capitania de Lisboa.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Lei de 12 de Junho, estabelecendo as disposições sanitárias a aplicar nos casos de dourina.
Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.
Avisos sobre cancelamento de marcas internacionais e sobre caducidade de modelos de fábrica.
Decreto de 30 de Abril, provendo provisoriamente o lugar de regente agrícola da Escola Prática de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto.
Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.
Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Salvaterra, em Abril.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Lei de 13 de Junho, concedendo a amnistia para os crimes por abuso de liberdade de imprensa no Estado da Índia, derivados da revolta da província de Satary.
Anúncio de concurso para arrematação de artigos de expediente para as repartições do Ministério.
Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.

Anúncio para contrato dum capataz de assentamento e conservação de via, para ir servir no caminho de ferro de S. Tomé.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal Administrativo, acórdão n.º 14:318.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Câmara Municipal de Lisboa, aviso acerca das alterações a introduzir no regulamento do descanso semanal.
Junta do Crédito Público, aviso de que os «pertencentes» nos títulos de dívida pública não podem ser escritos à máquina; editos para averbamento de títulos.
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, plano para a 8.ª extração da lotaria de 1913-1914.
Casa Pia de Lisboa, anúncio de concurso para admissão de alunos.
Montepio Oficial, aviso para assembleia geral.
Arsenal da Marinha, anúncio para arrematação de carne congelada, peixe fresco e batatas.
Coudelaria Nacional, anúncio para venda de equídeos.
Exploração das Matas Nacionais, anúncio para venda de refugo de madeira no pinhal de Leiria.
Exploração do porto de Lisboa, anúncio para venda de sucata de ferro.
Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.
Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

SOCIEDADES COOPERATIVAS:

Relatório e mais documentos referentes à gerência da Cooperativa União, Lialdade e Progresso, de Sendim, em 1912.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 193 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 11 de Junho.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Em nome da Nação, o Congresso da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É a Câmara Municipal de Moura autorizada a desviar do seu fundo de viação a quantia de 2.300 escudos para satisfazer ao custeio das seguintes obras:

a) Construção dum pontão na Ribeira da Perna Seca, que atravessa a aldeia do Sobral da Adica, sede da mesma freguesia;

b) Expropriação dum trato de terreno onde existe a nascente da água que alimenta o chafariz de Santa Justa da vila de Moura, e captação conveniente das mesmas águas;

c) Continuação das obras do Paço, Largo José Maria dos Santos;

d) Havendo sobras, continuação das obras de esgoto da vila de Moura.

Art. 2.º A execução das obras de que tratam as alíneas do artigo anterior far-se-á conforme a ordem disposta, de modo que as obras das alíneas c) e d) não possam iniciar-se sem que estejam concluídas as obras das alíneas a) e b).

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 13 de Junho de 1913. — *Manuel de Arriaga* — *Rodrigo José Rodrigues*.

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho, visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado:

Maio 10

Luís da Silva Neves — nomeado, por conveniência urgente de serviço público, para o lugar vago de sub-inspector da polícia cívica do Porto, nos termos do n.º 1.º do artigo 46.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

Secretaria do Ministério do Interior, em 14 de Junho de 1913. — O Director Geral, *Ricardo Pais Gomes*.

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 7 do corrente mês:

Maio 17

José Vital de Matos — nomeado, precedendo concurso, amanuense da secretaria do Governo Civil do distrito do Castelo Branco.

Secretaria do Ministério do Interior, em 14 de Junho de 1913. — O Director Geral, *Ricardo Pais Gomes*.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

3.ª Repartição

Por decreto de 19 de Abril do corrente, visado em 7 de Junho:

José Ferreira Serodio e João Caramelo Artiaga, empregados menores dos Liceus Centrais de Camões e de Passos Manuel — autorizada a permuta dos seus respectivos lugares.

Por decreto de 25 de Maio findo, visado em 31 do mesmo:

João Ricardo Florindo Rodrigues — nomeado, por urgência de serviço, guarda efectivo do Museu Etnológico Português.

Por decreto de 31 de Maio findo, visado em 5 do corrente:

João Júlio Franchini — nomeado, por urgência de serviço, segundo assistente da Escola de Farmácia da Universidade do Porto.

Por portarias de 3 do corrente mês, visadas em 9:

Jacinto Pedro Gomes — nomeado, por urgência de serviço, segundo assistente provisório, do 1.º grupo, da 3.ª secção, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Júlio Guilherme Bettencourt Ferreira — nomeado, por urgência de serviço, segundo assistente provisório, do 2.º grupo, da 3.ª secção, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Para os devidos efeitos se declara que a licença concedida ao professor do Liceu Central de Camões, José Júlio de Bettencourt Rodrigues, e publicada no *Diário do Governo* n.º 128, de 3 do corrente, poderá ser gozada no estrangeiro, como requereu,

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 14 de Junho de 1913. — O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

Aviso

Fica por esta forma prevenido o professor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, Abel Nogueira Godinho, de que tem de se apresentar à Junta de Sanidade Escolar que reúne nesta Direcção Geral no próximo dia 16, a fim de ser inspecionado.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 14 de Junho de 1913. — O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

Direcção Geral de Saúde

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos de ontem:

Carlos de Assis Toucedo — exonerado, a seu pedido, do lugar de guarda da estação de saúde de Ponta Delgada.

António de Jesus Lopes, sub-delegado de saúde de Lisboa — licença de sessenta dias para tratamento da sua saúde no estrangeiro.

Artur Ferreira César Dória, sub-delegado guarda-mor de saúde na Ilha de Santa Maria — licença de quarenta dias, por motivo de doença.

João Pereira de Lacerda Forjaz, exercendo interinamente o lugar de sub-delegado de saúde da Horta — licença de sessenta dias, sem vencimento.

Manuel Bertoldo Machado, fiscal do posto marítimo do desinfecção do Funchal — licença de noventa dias, por motivo de doença.

Direcção Geral de Saúde, em 14 de Junho de 1913. — O Director Geral, *Ricardo Jorge*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria Geral

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º A antiguidade dos juizes do ultramar, para o efeito da passagem à magistratura da metrópole, conta-se desde a data da posse do primeiro cargo da magistratura judicial; mas, além do tempo em que efectivamente exerceram as suas funções judiciais, sómente lhe será contado como de efectivo serviço:

a) O tempo em que estiverem impedidos por doença legalmente comprovada, se residirem na respectiva pro-